
Controle da Leishmaniose Visceral Americana (LVA) no Estado de São Paulo. Disponibilidade de cães suscetíveis e o domicílio como fatores de risco para a perpetuação dos focos de transmissão da LVA em área endêmica de Bauru

Sabrina de Bastos Alves da SILVA¹, Patrícia Araújo SANTOS¹, Helena Hilomi TANIGUCHI¹, José Eduardo Raefray BARBOSA¹, José Rodrigues GONÇALVES NETO², José Augusto Raefray BARBOSA¹, Carlos Roberto ELIAS¹, Roberto Mitsuyishi HIRAMOTO¹, José Eduardo TOLEZANO^{1*}

¹Núcleo de Parasitoses Sistêmicas, Centro de Parasitologia e Micologia, Instituto Adolfo Lutz

²Centro de Controle de Zoonoses/Bauru

*Apoio CNPq Proc.410556/06-8

Durante muitos anos, a Leishmaniose Visceral Americana (LVA) foi considerada uma endemia tipicamente rural e, com esse padrão de transmissão, na década de 1940 o Ministério da Saúde estabeleceu as bases de um Programa Nacional de Controle da LVA (PVCLVA), que permanece em essência até hoje, inclusive no Estado de São Paulo¹. Ao longo das décadas seguintes, esse Programa direcionou suas ações para: o diagnóstico e tratamento precoce dos casos humanos; o controle vetorial, com a aplicação de inseticidas de ação residual; e o controle dos reservatórios caninos com a realização de inquéritos sorológicos e apreensão e eutanásia dos animais sororreagentes. (Além, é claro, de ações relacionadas ao manejo ambiental visando eliminar condições favoráveis à colonização dos vetores.) Por razões de várias ordens, o controle do reservatório canino sempre mereceu maior atenção e é o componente mais efetivamente trabalhado. Em São Paulo, mesmo na vigência dos esforços para a operacionaliza-

ção das ações do PVCLVA, a endemia apresenta-se em processo de contínua expansão e persistência dos focos de transmissão em áreas urbanas de diferentes regiões e dezenas de municípios. A partir de estudo de coorte de cães de áreas endêmicas para LVA no município de Bauru², objetivou-se realizar o diagnóstico ambiental e avaliar a importância da reposição canina em domicílios da Vila Santa Terezinha que apresentaram registro de presença anterior de cães naturalmente infectados por *Leishmania infantum chagasi*. Ao longo do período de estudo, entre 2008 e 2012, numa área aproximada de 90 mil m², de um total de 180 domicílios com presença de cães, a cada seis meses foram realizados inquéritos soroepidemiológicos censitários, incluindo a totalidade dos cães para o diagnóstico da leishmaniose visceral canina (LVC). Tal como preconizado no PVCLVA, os animais infectados foram recolhidos e submetidos à eutanásia no Centro de Controle de Zoonoses de Bauru. Em junho de 2008, ocasião do primeiro inquérito, foram examinados 130 cães e

oito (6,2%) foram encontrados infectados. No início dos estudos, oito (4,4%) domicílios apresentaram-se positivos para a presença de cães com LVC. No final, após a realização de oito inquéritos, foram examinados 484 animais, dos quais 58 (12%) tiveram diagnóstico positivo, com 41 (22,8%) domicílios com a presença de 1 até 5 animais naturalmente infectados. A estratégia de realizar semestralmente a identificação e retirada dos reservatórios caninos possibilitou drástica redução na prevalência da infecção canina nos primeiros 18 meses, seguindo-se um recrudescimento na prevalência nos períodos e inquéritos que se seguiram². Há que se registrar que, na avaliação da dinâmica da população canina, observou-se uma taxa semestral média superior a 20% para ingresso de novos cães ou mesmo reposição de animais no conjunto dos domicílios da Vila Santa Terezinha. Pouco se conhece sobre a dinâmica populacional de cães em áreas endêmicas para LVA e sobre a importância do recolhimento e eutanásia de cães infectados no comportamento dos proprietários em relação à reposição desses animais. De qualquer forma, é frequente a observação de técnicos de serviços municipais de zoonoses sobre o ingresso de mais de um cão para cada animal recolhido com diagnóstico de LVC. No presente estudo, constatou-se que, em mais de 80% dos domicílios com cães infectados, houve a reposição de um ou mais cães, e cerca de 22% desses domicílios voltaram a apresentar animais infectados nos inquéritos seguintes, o que confirmou a persistência das condições para a manutenção dos focos de transmissão. Na Vila

Santa Terezinha, foram identificados alguns fatores ambientais de risco para a colonização dos vetores da LVA nos domicílios: a existência de terreno ou quintal; alguma cobertura vegetal; áreas de sombreamento; fezes de animais ou matéria orgânica em decomposição; presença de cães; e presença de outros animais. De maneira arbitrária, o risco foi classificado em: ausente, quando nenhum dos fatores acima esteve presente; médio, quando presentes de um até três dos fatores relacionados; e alto, com quatro ou mais fatores presentes. Na área do estudo, mais de 90% dos domicílios foram classificados como de médio ou alto risco ambiental para LVA.

A paisagem é elemento fundamental para o estabelecimento de focos naturais para a transmissão de *Leishmania infantum chagasi*. Se as condições ambientais são favoráveis à persistência do vetor, e havendo reposição frequente de hospedeiros caninos assintomáticos, há que se esperar pela perpetuação dos focos de transmissão e insucesso das demais medidas de controle preconizadas no PVCL-VA. Assim, deve-se valorizar a busca pela sanidade ambiental, e esse deve ser um dos componentes prioritários na revisão desse Programa.

REFERÊNCIAS

1. Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Saúde. Manual de vigilância e controle da leishmaniose visceral americana do estado de São Paulo. 2006.
2. Santos PA, Hiramoto RM, Silva SF, Alexandre TR, Oliveira EB, Gonçalves Neto JR, et al. Controle da leishmaniose visceral americana (LVA) no estado de São Paulo. Estudo de coorte de cães em áreas endêmicas do município de Bauru (2008-2011). Bol Inst Adolfo Lutz. 2011;21(2):51-2.